

NOTAS DE PRECONCEITO(S): O DISCURSO DE POLICIAIS MILITARES FEMININAS A RESPEITO DE SUA PROFISSÃO

NOTES OF PREJUDICE (S): THE SPEECH OF FEMALE POLICE OFFICERS REGARDING THEIR PROFESSION

JESUS, Paulo Fernando Junio Silva¹

CHADUD, Reycilane Carvalho²

RESUMO

O presente artigo abordou reflexões sobre algumas formas de preconceito e o discurso de Policiais femininas a respeito de sua profissão, através da metodologia de grupo focal realizado com cinco Policiais femininas, onde foi proposto ao grupo discutir sobre temas relacionado ao preconceito envolvendo fatores profissionais, institucionais, familiares e ainda sobre o preconceito relacionado a cor da pele. Ficou constatado através do relato das Policiais Militares femininas, participantes do grupo que ainda e grande o preconceito sofrido por elas, pelo fato de serem mulheres e ocupando postos dentro de uma instituição Militar que antes eram ocupados apenas pelo público masculino. Este artigo mostra uma realidade vivida pelas Policias Militares femininas e visa abrir um leque de discussão para que a administração da Policia Militar do Estado de Goiás possa trabalhar com sua tropa meios de coibir, todo e qualquer tipo de preconceito com o público feminino pertencentes a esta instituição.

Palavras-chave: Reflexões. Preconceito. Policiais Femininas. Profissão. Mulheres

ABSTRACT

This article deals with reflections on prejudice notes and the discourse of female police officers regarding their profession through a focus group methodology conducted with five female police officers, where it was proposed to the group to discuss subjects related to prejudice involving professional, institutional, relatives and also about the prejudice related to skin color. It was verified through the report of the Female Military Police, participants of the group that still is great the prejudice suffered by them, because they are women and occupy posts inside a Military institution that were previously occupied only by the masculine public. This article shows a reality lived by the Military Police and is intended to open a range of discussion so that the administration of the Military Police of the State of Goiás can work with its troops means to restrain, any and all type of prejudice with the public women belonging to this institution

Keywords: Reflections. Prejudice. Female Police. Professional. Women

¹Aluno do Curso de Formação de Praças da Polícia Militar, turma C Anápolis, do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás – CAPM, paulim.edfisica@gmail.com;

² Professor orientador: Doutora em Sociologia do Trabalho Militar pela UFG-, Comando da Academia de Policia Militar de Goiás- CAPM reycechadud@gmail.com, Anápolis – Go, Junho de 2018

1 INTRODUÇÃO

Nas relações humanas e de trabalho ao longo da história é notável a predominância masculina em relação às mulheres nas mais variadas formas de reconhecimento de seus direitos e posição. As mulheres desde seus primórdios enfrentaram dificuldades para infligir seu potencial como trabalhadoras e pessoas na sociedade. Isso acontecia e ainda acontece porque vivemos em uma sociedade recheada de atitudes machistas e preconceituosas. Exemplo desta situação de luta por reconhecimento é o trabalho feminino exercido dentro das instituições militares de polícia brasileira onde se acredita que as mulheres devam exercer exclusivamente cargos burocráticos, tido como mais fáceis, enquanto os homens são treinados para o serviços fim da instituição, encrustado no serviço operacional.

Por causa do preconceito, machismo e falta de informação, a sociedade viola o direito das mulheres, direito de entrarem de maneira mais acentuada neste trabalho e de se reconhecerem como aptas para tal, baseados em uma falsa ideia de que as mulheres são inferiores aos homens e incapazes de executar trabalhos da mesma forma que eles, subestimando assim, o potencial feminino para executar tarefas e posições de mando e, até mesmo chefia, em que a sociedade de forma errônea acredita ser exclusiva à condição masculina.

Dentro das instituições militares brasileiras não é diferente. As mulheres há anos vem lutando para conquistarem seu valoroso espaço dentro destas instituições. Depois de anos de luta aos poucos as mulheres vem reforçando e integrando as fileiras de tropas militares de todo o Brasil, quebrando mitos e paradigmas e mostrando para a sociedade em geral o potencial do seu bravo trabalho.

O trabalho policial sempre foi visto como uma função especificamente masculina, porém com os avanços e novas necessidades encontradas pelas instituições militares de todo o Brasil, a atuação das mulheres nestas instituições se faz cada vez mais necessária, porém, ainda nos dias de hoje, se esbarra no grande problema que é quebrar e desmistificar todo o preconceito gerado durante anos em relação à atuação das mulheres nas instituições militares.

Este estudo tem o objetivo abordar atualmente como acontecem os diferentes preconceitos em relação ao gênero feminino, raça e a própria identidade do trabalho policial militar tendo como norteadores de estudo as impressões descritas em

grupo focal (Morgan,1996, p.130) e dificuldades enfrentadas pelas policiais militares femininas, em especial, as soldados de terceira classe lotadas no quarto batalhão de polícia militar do estado de Goiás, localizado na cidade de Anápolis - Goiás.

No grupo focal tivemos como participantes cinco policiais femininas de classes sociais diferenciadas, nível educacional, estado civil e também raça. A hipótese foi de que a entrada na profissão policial militar é atravessada por diversas nuances de preconceitos. A suposição foi de que estes sejam gerados dentro da instituição, nas relações familiares, de afeto e sociais as quais a policial militar está em constante interação. Foram ainda apreendidos para o desenvolvimento do estudo a revisão de literaturas diversas sobre a égide de revisão narrativa (Elias et al., 2012) com questões elencadas nas perspectivas de gênero, raça, trabalho e representação social.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A HISTÓRIA DA CRIAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR NO BRASIL

A Polícia é uma instituição presente em todos os Governos modernos atuais, considerada também a instituição mais conhecida e menos compreendida em suas ações pela sociedade. Surgiu na Inglaterra por volta do século XIX em um contexto histórico marcado pela crescente urbanização e industrialização e servindo de espelho para um novo modelo de polícia moderna a ser posteriormente aplicado em todo o mundo (BITTNER, 2003).

Como resultado de um momento histórico de forte industrialização e crescimento urbano surgiu como reflexo de ordem frente às oportunidades de infrações e delitos aumentados com a insegurança instalada no contexto de sociedade. Assim, houve uma necessidade enorme para que pudesse se criar um mecanismo para o controle e manutenção da ordem interna da sociedade, com a finalidade de se aplicar a lei e coibir à prática de delitos (BITTNER, 2003).

Nesta época o Brasil, ainda na condição de colônia de Portugal, no ano de 1809, na cidade do Rio de Janeiro, recebe através do decreto de 13 de maio de 1809 a sua primeira força denominada policial, a qual foi dada o nome de Guarda Real de Polícia da Corte. Essa força foi considerada a pioneira no sentido de criação para as

polícias militares que viriam a surgir no Brasil, onde suas funções (naquela época) eram de promover segurança, evitar contrabandos, dar proteção a Família Real e coibir possíveis desordens (BRASIL, 2013).

Essa força, ao longo da história, recebeu várias nomenclaturas diferentes, dentre as principais: Guarda Real de Polícia (1809), Força Policial (1858), Batalhão de Polícia (1910), Força Militar (1940). O nome “Polícia Militar” foi adotado após o ano de 1946 com a criação da Constituição do Estado Novo. Desde então, todos os entes federados do Brasil adotaram esta nomenclatura para suas forças policiais, com exceção do estado do Rio Grande do Sul, único estado que preferiu continuar com o nome antigo, denominado de Brigada Militar (BRASIL, 2013).

Desde o início e até mesmo nos dias atuais, a polícia se apresenta com dois papéis básicos, que são: a função de prevenir todo e qualquer tipo de desordem pública; e também atuar como força repressiva toda vez que algum indivíduo, por qualquer que seja o motivo, venha infringir as leis, a paz e ordem pública social. Sua função como afirma Goldstein (2003, p.42) é “prevenir a criminalidade e prender os criminosos”. Segundo a Constituição Federal “A segurança pública dever do Estado, dever e responsabilidade de todos, e exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas é do patrimônio” (BRASIL, 1988, Art. 144).

Em seu princípio, a Polícia é subordinada e representa a força do Estado. O conceito de Estado segundo Weber (1996, p. 56) é “uma comunidade humana que pretende com êxito, com o monopólio do uso da força física dentro de um determinado território” em outras palavras a Polícia tem o poder legítimo de fazer o uso da força física, se preciso for, para fazer valer a ordem e as leis do estado. As forças policiais ainda retratam a força do Estado, onde, segundo Saint Pierre (2000, p. 16) a polícia significa uma “força como componente essencial do poder do estado”.

Notamos que a Polícia tem importância fundamental em toda sociedade, pois é o órgão do Governo mais acessível aos cidadãos, a partir de suas características públicas e autorizadas pela sociedade para fazer uso do monopólio do uso da força física, para a manutenção da ordem como consta na obra de Bayley (2002 p.39): “a Polícia é pública se for paga e dirigida pela comunidade que também autoriza o policiamento”.

A Polícia como representante do Estado é detentora do poder legítimo do uso da força, seja ela física, moral ou psicológica como afirma Bayley (2002, p.20) “a competência exclusiva da polícia é o uso da força física, real ou por ameaça, para

afetar o comportamento” dos indivíduos de uma sociedade. Não raramente conhecida como Polícia ostensiva, usa através de sua postura, fardamento e força, tais atributos são utilizados como pressupostos de trabalho, na tentativa de manter a ordem e a paz social dentro de uma sociedade.

É em relação a este aspecto, de significar uma força superior de execução da ordem que, o trabalho feminino apresenta-se em muitas vezes em descrédito por não portar socialmente um corpo aparelhado para o exercício de poder. Como canal de poder, os policiais fardados nas mais variadas formas representam o Estado e, muitas vezes, o corpo feminino não é socialmente reconhecido como condutor desta representatividade e, é isto que nos propomos a discutir nas seções seguintes.

2.2 HISTÓRIA DA POLÍCIA MILITAR EM GOIÁS

A história da Polícia Militar do Estado de Goiás tem início por volta do ano de 1858 quando foi baixada a Resolução nº 13 no dia 28 de julho, pelo então presidente da época em Goiás, Dr Januário da Gama Cerqueira, dando início a Força Polícia de Goyaz. A força policial criada segundo o decreto teria atuação restringida inicialmente apenas às províncias de Vila Boa, onde na época funcionava a capital de Goiás, e nas províncias de Arraias e Palma (SOUZA, 1999).

Inicialmente, a força policial de Goyaz era bem precária e contava com mão de obra civil, que ficou conhecida como os “bate-paus”. Os “bate-paus” eram escolhidos aleatoriamente, muitas das vezes por demonstrações de coragem ou de força, não tinham qualquer tipo de treinamento e instrução, sua remuneração também era apenas uma ajuda de custo para que pudessem comer. Faziam o policiamento sem nenhum fardamento, sobretudo, ostentavam pedaços de paus (modelo cassetete) como armamento e como principal característica (SOUZA, 1999). Cinco anos mais tarde em 1863, foi criado o primeiro quartel policial da Força Policial de Goyaz, que funcionou até 1936. Atualmente, essa mesma área do quartel funciona e abriga o 6º Batalhão de Polícia Militar sediado na cidade de Goiás, que atendem atualmente cerca de 24.100 habitantes.

Continuando a perspectiva histórica da Polícia Militar de Goiás, notamos que no ano de 1864, eclodiu a guerra entre Brasil e Paraguai, depois que o então presidente do Paraguai, Solano Lopez, tomado por ambição de crescimento do seu

país, quis anexar algumas áreas territoriais do Brasil, Argentina e Uruguai, para que pudesse ter acesso ao Atlântico a fim de aumentar o poder socioeconômico de seu país. Solano Lopez mandou aprisionar um navio brasileiro, o Marquês de Olinda, que estava em viagem pelo rio Paraguai, que levava a bordo o presidente da província do Mato Grosso, Carneiro Campos, o que deu início a declaração de Guerra por parte do Brasil ao Paraguai. O Paraguai invadiu parte da Argentina e parte do território brasileiro localizado no Mato Grosso, fazendo com que os países Brasil, Argentina e Uruguai formassem uma tríplice aliança para combater o país invasor. (SOUZA, 1999)

O Estado de Goiás participou ativamente deste momento de guerra, sua participação não foi em linhas de frente, porém não menos importante. Para os goianos ficou a responsabilidade de como tropa, cuidarem da parte logística das tropas engajadas no combate, que de acordo com Souza (1999, p. 40) os goianos eram “encarregados ao fornecimento de viveres das tropas estabelecidas às margens do rio Coxim, além de abastecer os diversos acampamentos distribuídos ao sul e ao norte de Mato Grosso”. Ao fim da guerra, com vitória brasileira, a atenção se volta aos problemas da província.

O tempo foi passando e a Força Policial de Goyaz foi sofrendo várias mudanças em sua estruturação: foi nomeado o seu primeiro comandante João Fleury Alves de Amorim e, em 1893 foi criada a banda de música da Polícia de Goiás. O nome da instituição também sofreu diversas modificações, alguns deles foram: Força Policial de Goyaz (1958); Corpo de Polícia de Goyaz (1892); Batalhão de Polícia de Goyaz (1910); Força Pública de Goyaz (1930); Polícia Militar de Goyaz (1935); Força Policial de Goyaz (1940), até que em 1946 surgiu o nome que é utilizado atualmente: Polícia Militar do Estado de Goiás (SOUZA, 1999).

O início do século XX foi marcado pelo crescimento do estado em termos socioeconômicos através da agricultura com a chegada da estrada de ferro que ligava o estado de Goiás com o restante do país de forma mais fácil. Nessa época, Goiás ficava a cargo do governo das oligarquias, onde o presidente do estado passara a ter também o cargo de Coronel, e as forças policiais da época ficaram subordinadas à ele.

Em 1936, uma nova era se inicia na história da polícia militar de Goiás, com a criação da cidade de Goiânia através das proposições políticas da marcha para o Oeste.

A segunda companhia da polícia militar é estabelecida na cidade de Goiânia, que passaria a sediar a capital do estado de Goiás. A polícia militar nessa época também ganha o seu primeiro comandante geral o Tenente Coronel Arnaldo de Moraes Sarmiento. Neste Mesmo ano dá-se início a criação do 1º Batalhão de Infantaria de Goiânia, o tradicional Batalhão Anhanguera. Pioneiro em Goiânia, esse Batalhão foi importante na história da Polícia goiana, de lá saíram várias companhias, pelotões e unidades especializadas, como Batalhão de Choque e Rotam (Rondas Ostensivas Metropolitanas), que deram início no histórico Batalhão Anhanguera, onde funcionava também o presídio militar (SOUZA, 1999).

A Polícia Goiana mostra, ao longo da história, vários momentos de reestruturação e avanço com a criação de novos batalhões, estruturação de seu quadro de soldados e oficiais, com a participação em eventos críticos como a Guerra de Xambioá, dentre outros. A vinda da capital para Goiânia trouxe um modelo reestruturado de Polícia, tornando esta Instituição cada vez mais forte e mais profissional, como podemos ver nos moldes dos dias atuais. Mas sempre, sem disponibilizar em seus quadros cargos destinados ao corpo feminino.

Até então, desde o início até a década de 1980, o que se notava em Goiás e no resto do país era que, a função policial militar era uma função destinada especialmente a homens, como relata Reiner (2004, p.198) “até a década de 1980, a discriminação nas forças policiais era aberta e institucionalizada” em relação à entrada de mulheres em suas carreiras. Há relatos históricos que apenas o estado de São Paulo por volta de 1955 permitiu o ingresso de 13 mulheres em sua instituição militar que, até então, era o único estado que teria inserido mulheres em suas tropas militares (CALAZANS, 2003). Contudo, na década de 1980, um marco histórico começou a surgir dentro da instituição da Polícia Militar do Estado de Goiás, começava ali a história das mulheres que iriam integrar as fileiras da corporação, a entrada das “PFems” (policiais femininas) como ficaram conhecidas.

2.3 A HISTORIOGRAFIA DAS POLÍCIAS FEMININAS GOIANAS

No dia 14 de janeiro de 1986 era criado através de proposta do então comandante geral da Polícia Militar de Goiás na época, Coronel Policial Militar Álvaro Alves Junior, com autorização do então governador do estado Iris Rezende Machado,

a Companhia de Polícia feminina do estado de Goiás. Sem dúvida um marco na história e de fundamental importância para a democratização das oportunidades de trabalho em relação ao sexo nos postos de trabalho advindos do Estado e, principalmente de poderio militar. Após oito meses, em agosto de 1986, a primeira turma pioneira composta por 99 soldados se formava e dava início aos trabalhos das polícias femininas dentro da instituição Polícia Militar do Estado de Goiás (SOUZA, 1999).

Destacadas em diversas áreas de trabalho dentro da instituição, foi notado no trabalho delas um rendimento de excelência na área escolar e de trânsito. Após o ingresso observou-se a necessidade de ampliar o rendimento da companhia feminina, foi oferecido curso de oficiais a algumas soldados, quebrando de vez um tabu dentro da instituição.

Com a crescente demanda dentro do estado e com o crescimento da população a cada ano mais acelerado, já se tornava insustentável manter uma companhia feminina separada, sendo assim, foi desfeita a companhia feminina de polícia, passando essas a serem remanejadas para as diversas Organizações Policiais Militares, já existentes naquela época. Passava-se também neste momento, admitir a quantidade fixa de 10% das vagas em concursos públicos legalmente destinados as mulheres, o que vigora até os dias atuais como mostra o decreto lei 12.608 do estado de Goiás, em seu artigo sétimo: “Fica estipulado o índice de 10% (dez por cento) de vagas para candidatas femininas quando de qualquer concurso ou seleção exceto para os quadros especialistas de saúde, em que não se observa qualquer restrição” (GOIAS, 1995)³.

Atualmente, as mulheres dentro da Polícia Militar goiana estão atuando em todas as frentes de trabalho institucionais, desde o trabalho administrativo ao operacional, inclusive em unidades especializadas. É notório que houve uma evolução na aceitação das mulheres dentro das instituições militares, porém, há um problema que percorre desde os primórdios da criação do homem e também dentro das instituições policiais, o preconceito contra as mulheres, onde “às mulheres são discriminadas enquanto policiais, em termos de perspectivas de carreira bem como por assédio no trabalho” como afirma Reiner (2004, p.198).

³ Disponível em: http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/1995/lei_12608.htm. Acesso em 13/02/2018.

2.4 AS NUANCES DE UM CERTO PRECONCEITO EM RELAÇÃO AS VALOROSAS MULHERES DE UM CORPO PROTETIVO

O ingresso das mulheres nas instituições Policiais Militares de todo o Brasil sem dúvida veio para quebrar tabus e paradigmas. Apesar de historicamente este ingresso ser ainda recente ele é cercado ao mesmo tempo de um lado por uma quebra de tabu e, de outro, pelo preconceito enfrentado pelas mulheres que compõem essas instituições.

No Estado de Goiás, a recente história das mulheres na instituição Polícia Militar, de acordo com dados históricos somam apenas 32 anos (SOUZA, 1999). Segundo consta nos estudos da Secretaria Nacional de Segurança Pública (2013, p. 16): “o acesso as mulheres policiais civis e militares passou a ser ampliado a partir de 1980”. Tal feito ganhou ênfase a partir da Constituição de 1988, como forma de redemocratização política no Brasil.

Acreditava-se que inserindo as mulheres no contexto das Polícias Militares, estas ganhariam novos ares, uma vez que a história do Brasil foi fortemente marcada pelo regime militar, sendo assim, a profissão militar se tornava mal vista pela sociedade, como podemos notar no trecho do estudo Secretaria Nacional de Segurança Pública (2013, p. 17) que apregoa que “a inclusão de mulheres teve como objetivo a humanização de setores das corporações Policiais com o objetivo de melhorar a imagem da Polícia” e também “romper com um passado de repressão e truculência que caracterizavam negativamente as corporações policiais” (BRASIL, 2013, p.11).

Tal atuação das Policiais femininas tinha como objetivo o tratamento de forma mais dócil com a sociedade, com a tentativa de aproximar a sociedade da instituição Militar, fato que pode ser comprovado no estudo de Calazans (2003, p.14) onde procurou-se com a entrada feminina na Polícia, “atender coletivos que exigem tratamento diferenciado” reconhecendo “nas mulheres a possibilidade de desenvolver tais habilidades”. Os homens eram considerados incapazes para tais ações, e com isso surgiu a possibilidade de realocá-los nas linhas de frente contra a criminalidade, deixando a cargo das funções burocráticas, as mulheres, por se achar que o trabalho do homem era operacional, ostensivo e de comando e deixando as mulheres em cargos julgados mais femininos como o caso das tarefas administrativas.

Esta atitude desencadeou alguns efeitos contrários, uma vez que, aos poucos a instituição Policial Militar conseguiu aproximar-se mais da população, porém, o preconceito contra as mulheres dentro da instituição ganhava força, uma vez que ainda predominava a ideia machista de que lugar de mulher era em funções burocráticas, fato que acabou ganhando força como descrição de identidade do trabalho das mulheres dentro da instituição e em relação à sociedade.

Anos se passaram e a cada dia tornava-se impossível contrapor-se e até mesmo negar-se a necessidade do papel de trabalho das Polícias Militares femininas em áreas de combate, operacionais e especializadas, onde elas em minoria ainda estigmatizada se mostravam competentes para realizar toda e qualquer atividade dentro da Polícia Militar, incluindo também atividades de comando e patrulhamento que, segundo a história destas profissionais, estas “mulheres entraram em espaços até então somente preenchidos pelo trabalho masculino” (CALAZANS, 2003, p.22).

Em Goiás, inicialmente, empregadas em atividades escolares e de trânsito, era inegável o bom papel desempenhado pelas mulheres Policiais femininas (Pfem), tanto que, se tornou inevitável, colocá-las para exercer funções dentro de todas as áreas de trabalho da Polícia Militar de Goiás. Segundo consta no estudo de Fachineto & Pimenta (2015, p. 4) “a participação das mulheres nas forças policiais, especialmente nas atividades ligadas ao policiamento ostensivo são raras ainda no Brasil”, o que não impossibilita nos dias atuais ver o quanto esta situação evoluiu no contexto goiano por meio de uma luta diária por quase trinta e dois anos o que possibilitou o alargamento gradual do espaço das mulheres dentro da instituição. Contudo, mesmo com avanços é possível notar que, o preconceito ainda assombra essas mulheres que escolheram dar suas vidas em prol da segurança pública deste estado.

É notório que, o preconceito, infelizmente é uma realidade presente dentro da sociedade em que vivemos, seja por motivo de raça, cor, religião ou pelo simples fato de ser mulher como afirma o estudo de Reiner (2004, p. 198): “Uma clara diferença entre os debates acerca da discriminação de raça e os relativos a sexo é de ser proporcionalmente baixa a frequência de mulheres na ponta receptora dos serviços Policiais”. O preconceito está presente em todo o mundo das relações sociais, muita das vezes enraizado em guerras e contendas desde o princípio das civilizações. Dentro da instituição Polícia Militar e em especial na Polícia Militar de Goiás não é diferente. Em relação as mulheres o preconceito se afigura na ideia de

que as mulheres são incapazes de executar o serviço polícia da mesma forma que um homem. Por se ter uma ideia errônea que a mulher é frágil e limitada.

Esta ideia errônea fica comprovada no estudo de Cappelle & Mello que afirma: “o preconceito dentro da corporação refletido na discriminação por colegas que não aceitam as policiais a não ser naquelas funções tradicionalmente atribuídas ao sexo feminino” (CAPPELLE & MELLO, 2010 p.91) é frequente. Para entender esta situação socializada das mulheres dentro da instituição de polícia militar se faz necessário entender primeiramente o que é preconceito e de acordo com Aurélio, preconceito significa a “Ideia ou conceito formado antecipadamente e sem fundamento sério ou imparcial” (DICIONÁRIO AURÉLIO DIGITAL, 2018)⁴

O preconceito em relação ao trabalho Policial Militar de mulheres muitas vezes parte de dentro de casa, com a falta de apoio dos familiares, amigos e pessoas próximas, de forma a julgar a fragilidade da mulher como destoante das formas de apresentação da força, da imposição da ordem e da autoridade. Neste ínterim, cria-se a falsa ideia que a mulher é incapaz de realizar atividades policiais ostensivas, uma vez que, reproduz-se uma mentalidade cultural que estas atividades são exclusivas aos homens. A concepção social que a mulher é frágil e fraca leva a tais desconfiças, carregada de machismo e de pensamentos ignorantes que impedem de enxergar o potencial e valor da mulher frente a atividades fim da Polícia Militar conforme comprova o estudo feito pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (BRASIL, 2013, p. 32) onde se observa que nestes espaços “há muito machismo” onde as profissionais Militares de Polícia “são permanentemente desafiadas a mostrar que podem estar naquele lugar apesar de serem mulheres”.

Prova disso é que a Fundação Getúlio Vargas, em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública realizou no ano de 2015 uma pesquisa sobre as mulheres nas instituições policiais e constataram que: “39,2% das mulheres já experimentaram algum tipo de assédio, moral ou sexual (físico) dentro de sua instituição de trabalho” (p.15).

Outra fonte de preconceito é por parte da sociedade que muitas das vezes não está acostumada em ver mulheres a cargos que remetem autoridade. A dificuldade de aceitação é notável, inclusive gerando medo até mesmo nos colegas

⁴ Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com/preconceito>. Acesso em: 13 Fevereiro. 2018

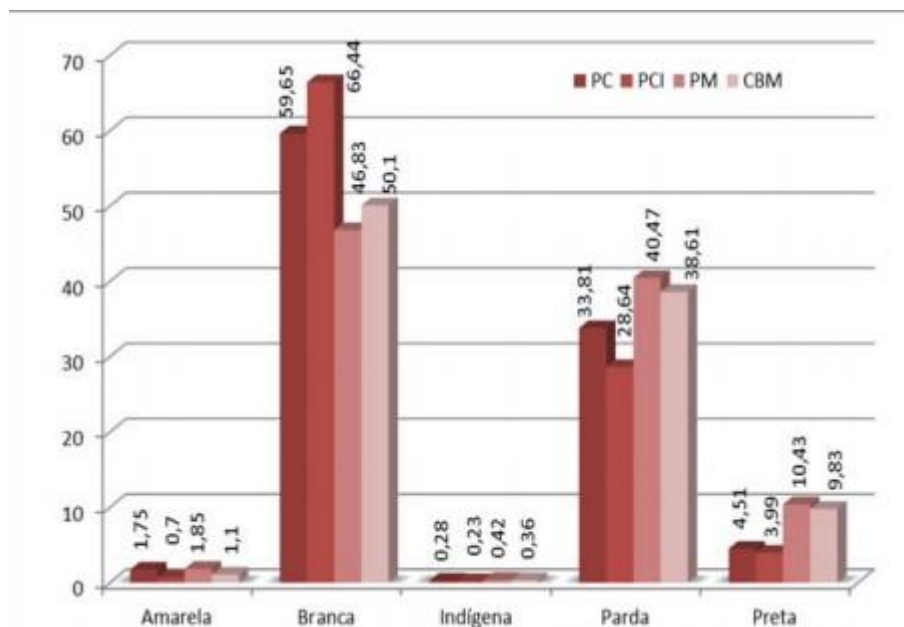
de trabalho, uma vez que podem virar motivo de chacota, se uma mulher no exercício da mesma função vier a se destacar mais em seu trabalho do que o colega de sexo masculino, assim, como afirma Calazans (2003, p.8) por serem as mulheres “vistas como uma possível ameaça ao monopólio masculino do poder” elas tendem a estar mais predispostas a sofrerem preconceitos em suas formas de trabalhar e principalmente, comandar.

O preconceito contra a mulher dentro da instituição, talvez seja o fator mais alarmante de preocupação, pois configura também doenças desencadeadas pelas mesmas neste ambiente de resignação e perda do direito de valorização profissional pelos próprios colegas de trabalho. Não é raro depoimentos de policiais femininas que sentem esse preconceito na pele. Outro grande problema é o assédio moral e sexual presentes no dia a dia da mulher Policial fora e dentro do quartel como comprova o estudo Secretaria Nacional de Segurança Pública (2013, p. 105): “o assédio moral e o assédio sexual são descritos como comportamentos comuns e disseminados nos quartéis”. Acentua-se a esta situação o fato de que, muitos colegas preferem trabalhar com policiais do sexo masculino por achar que a mulher é incapaz de exercer a função operacional com eficiência. A dificuldade de mulheres assumirem postos de comando também é uma grande barreira como demonstram estudos de Secretaria Nacional de Segurança Pública (*apud* SILVEIRA, 2009) em que “a presença de mulheres nas Polícias Cíveis e Militares mostram que essas profissionais enfrentam barreiras para terem acessos a postos de comando em suas carreiras”.

Um dado interessante é sobre o fator racial e/ou cor da pele, que curiosamente mesmo o Brasil sendo um país onde o preconceito racial ainda tem índices preocupantes, a presença de mulheres negras nas instituições militares de polícia é significativa, o que não fomenta ocorrer sugestivamente um suposto incômodo tanto que para alguns profissionais que contribuíram com a pesquisa (BRASIL, 2013, p. 105)

“As desigualdade de raça/cor de pele e orientação sexual não apareceram como tema de questionamento” visto que, como aponta o mesmo estudo a maioria das profissionais de Polícia Militar se consideram negras e pardas conforme está ilustrado no Gráfico1 extraído do estudo da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Gráfico 1- Distribuição segundo a cor da pele das mulheres da segurança pública. Total de resultado baseada por cada instituição.



¹ Fonte: (Mulheres nas Instituições de Segurança Pública- estudo técnico/Nacional da Secretaria Nacional de Segurança Pública. Ano 2013).

Ao longo do texto notaremos que estamos caminhando a passos discretos para termos uma política de boa aceitação e erradicação de toda forma de preconceito dentro das instituições Militares em especial a Polícia Militar de Goiás, é claro que, não podemos deixar de destacar que nesses trinta e dois anos de história as mulheres conquistaram e vêm conquistando espaço dentro da instituição, de forma tímida, mas cada vez mais atuante, lutando a cada dia para demonstrarem o seu imenso valor dentro da instituição e no quadro da segurança pública do Estado de Goiás.

3 METODOLOGIA

O presente artigo científico buscou aprofundar a problematização do preconceito em relação a atividade de trabalho feminino Militar da Polícia em Goiás – Brasil. Considerando que o ambiente das instituições policiais militares de todo o Brasil e, em especial, no estado de Goiás são marcados por sua maioria pela presença

masculina, buscamos através deste estudo analisar as dificuldades enfrentadas pelas Policiais femininas em relação ao preconceito que enfrentam dentro destas instituições, em relação à família e a sociedade, num quadro relacional que atenta para a subalternização da identidade mulher dentro destes ambientes contrabalanceada à sua escolha profissional.

Para a elaboração deste estudo, foi realizado pesquisa bibliográfica e também a elaboração de um grupo focal com algumas Policiais Militares femininas. Inicialmente através dos estudos bibliográficos baseados em acervos históricos, trabalhos científicos e obras bibliográficas, foi analisado o contexto de criação da instituição Polícia Militar bem como o da inserção das mulheres junto a essas instituições militares.

Após os estudos bibliográficos, foi realizado uma análise de campo tendo como metodologia principal o grupo focal, no qual cinco Policiais Militares femininas participaram do referido grupo, expondo os seus pontos de vista em relação a profissão Policial Militar e o preconceito por elas enfrentado pela condição de serem mulheres.

O grupo focal foi realizado na cidade de Anápolis - Goiás, e teve a participação de cinco Policiais Militares femininas integrantes da Polícia Militar do Estado de Goiás, suas identidades reais foram preservadas afim de que pudessem se sentir à vontade em responder os questionamentos e utilizando para isto, cinco nomes fictícios. Tais nomes utilizados são das primeiras policiais militares femininas da instituição, como uma forma de homenageá-las pelo pioneirismo institucional.

A metodologia de estudo - o grupo focal, permite que haja interação entre as participantes e o pesquisador, tornando a discussão sobre o assunto proposto mais rico em detalhes e informações. As participantes do grupo focal foram escolhidas de forma aleatória, porém intentando a união de características comuns como por exemplo, o fator gênero e, o fato de trabalharem em uma mesma unidade policial na cidade de Anápolis.

O grupo focal teve duração de aproximadamente 50 minutos e foi realizado na cidade de Anápolis no mês de Janeiro do ano de 2018, onde foi proposto as participantes a discussão de quatro perguntas pré-estabelecidas a respeito do preconceito enfrentado por elas na condição de policiais militares femininas. Foi realizado uma gravação digital com um gravador de voz com o objetivo de gravar as vozes das participantes que discutiram sobre as perguntas propostas e

posteriormente foi feito a transcrição acerca do ponto de vista das participantes do grupo em referência aos temas abordados.

Ao final foi possível coletar informações e dados relevantes a respeito do preconceito enfrentado por mulheres dentro da instituição Polícia Militar, utilizando-se do método de análise qualitativa dos dados obtidos, uma vez que, a amostra disponível foi realizada com cinco mulheres, com o objetivo de estudar casos específicos de preconceito, porém com pontos de vista diversos apresentados entre as participantes.

4.RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste espaço será explorado alguns temas abordados durante a realização do grupo focal, com o intuito de expor as opiniões e percepções das participantes relacionados a temas diversos nos quais recaem possíveis preconceitos enfrentados pelas participantes.

A identidade real das participantes foi preservada, utilizando-se de nomes fictícios, como descrito anteriormente. Os nomes aqui descritos como formas de pseudônimos das participantes da pesquisa remetem as pioneiras Policiais Militares femininas do Estado de Goiás, como uma forma de homenageá-las

4.1 PRECONCEITO QUE AS POLICIAIS FEMININAS ENFRENTAM EM RELAÇÃO A SOCIEDADE

Entre as Policiais femininas participantes do grupo, de forma unânime, nota-se que ainda nos dias atuais existe um grande preconceito em relação as prática policial e a identidade feminina. Muitas das vezes a sociedade não está preparada para entender que a mulher pode exercer a profissão Policial de forma igualitária, em eficiência, quando comparada aos Policiais do sexo masculino. Reiner (2004) afirma que a frequência e baixa de mulheres nas pontas receptoras dos serviços policiais, ocorre muitas vezes pelo preconceito que as mesmas encontram na sociedade em

que vivem. Alguns relatos das participantes dão notoriedade a essa afirmação, como o de Coronel Silvana: “...quando eu deixei minha profissão para vim para a Polícia Militar as pessoas me chamaram de louca, falavam que eu não iria aguentar, que eu não iria dar conta de executar as tarefas do Policial Militar”. Nota-se que muitas das profissionais hoje inseridas no quadro diferentemente das profissionais anteriores possuem uma identidade de trabalho especialmente descrita pela formação superior. Elas realmente entram para a profissão porque é isto que querem para a sua vida laboral, mesmo que já tenham formação superior em outra área de trabalho.

A fala de Tenente Raquel, demonstra um olhar social baseado no plano do diferente e do contraditório: “...as pessoas nos olham diferente por sermos mulheres e muitas das vezes ficam até impressionado em saber que trabalhamos e executamos as mesmas tarefas dos policiais homens”. Nota-se que até hoje as mulheres na formação de pensamento social não são tidas como que capacitadas para o trabalho de polícia. O trabalho de polícia ostensiva de forma ampla é ainda “coisa de homem”.

De outro modo, a fala da Sargento Aldaci revela um preconceito de outros homens em relação a elas que vislumbra uma diminuição do poder de reconhecimento de suas capacidades apregoando que: “...já escutei muito expressões do tipo “Há se tem mulher lá, se você está lá então eu também consigo”, como forma de me rebaixar pelo fato de eu ser policial militar feminina”.

4.2 PRECONCEITO POR PARTE DE FAMILIARES E AMIGOS

A maioria das entrevistadas relatam que tiveram o apoio por parte dos familiares e amigos quando decidiram se tornarem Policiais Militares. Apesar do receio que alguns familiares demonstraram pelo fato de ser uma profissão arriscada, a maioria das entrevistadas relatam que seus familiares e amigos possuem muito respeito e orgulho em se ter uma mulher de convivência próxima como Policial Militar.

A fala da tenente Raquel comprova bem essa questão do apoio familiar como algo de extrema importância para ela “...a minha família também sempre me apoia muito, não tive nenhum problema nenhum relacionado a preconceito dentro de minha família”.

Já na fala da Coronel Silvana observa-se que há um sentimento de orgulho por parte dos familiares da mesma, revelando que dentre seus familiares o sentimento de orgulho em se ter uma Policial feminina na família fala mais alto do que o preconceito. “...dentro da minha família não tive nenhum tipo de preconceito, meus pais, irmãos e esposo todos respeitam e apoiam a minha profissão, tenho inclusive um tio que quase me idolatra pelo fato de eu ser Policial feminina”.

Na fala da Sargento Dalma não é diferente e fica evidente em sua fala que ela também possui o apoio e admiração por parte dos familiares e amigos “...meu pai me apoia e meus amigos acham o máximo eu ser Policial Militar”.

Apesar que uma maioria relatou que não sofreu até então preconceitos por parte de familiares e amigos pelo fator de serem mulheres e na condição de Policiais Militares, no âmbito familiar da Major Elisângela a história foi outra, a Major Elisângela relata em sua fala que não conta com o apoio de sua família e em especial do seu esposo que inclusive faz parte de uma força Militar, ficando evidente em sua fala o preconceito sofrido no âmbito familiar “...sofri muito preconceito dentro da minha família, meu esposo é militar e não me apoia em nenhum momento em ser Policial Militar”.

4.3 PRECONCEITO POR PARTE DA INSTITUIÇÃO POLICIA MILITAR E OS COLEGAS DE TRABALHO DO SEXO MASCULINO

A história das mulheres nas fileiras das corporações Policiais é bem recente, apesar de ser uma das instituições mais antigas presentes na sociedade. Antes admitia-se apenas homens nas fileiras das corporações, com isso foi se criando ao longo dos anos uma ideia muito forte não só nas corporações mas na sociedade de uma forma geral que a atividade Policial Militar era uma atividade exclusiva de homens. Na fala da Sargento Aldaci é possível comprovar tal afirmação “...muitos homens acreditam que a profissão Policial Militar é única e exclusiva deles, porém estamos aqui para provar o contrário”.

Além disso a profissão Policial Militar é uma profissão que exige de certa coragem e força. Com o passar dos anos as mulheres foram ganhando espaço. Calazans (2003) em seu estudo afirma que as mulheres ganharam espaços que nos primórdios eram preenchidos apenas por homens. Ao longo do grupo focal podemos observar relatos como na fala da Sargento Dalma que dão ênfase a afirmação de Calazans “Temos nossos obstáculos dentro da profissão porém conseguimos superar todos eles, muitas das vezes até melhor do que os policiais homens”.

Apesar de notável a conquista de espaço das mulheres dentro das instituições da Polícia Militar e até mesmo dentro da sociedade, não é raro ainda situações em que as mesmas são alvos de preconceito pela condição de serem mulheres exercendo atividades que antes eram tipicamente de homens. Observa-se na fala da Major Elisangela que o preconceito contra as Policiais Militares femininas são diários “...já tive várias experiências de preconceito dentro da instituição, a grande maioria dos Policiais não aceitam trabalhar com Policiais femininas e pedem para trocar a escala”.

Rodrigues (2006, p.55) define preconceito como “Uma construção mental ou afetiva, uma ideia preconcebida sobre uma pessoa ou grupo de pessoas”, na fala da Sargento Aldaci fica claro esse conceito de Rodrigues, uma vez que os Policiais do sexo masculino alimentam essa mentalidade errônea que a Polícia Feminina é incapaz de realizar os mesmos serviços comparados aos Policiais Homens “...o preconceito é muito grande dentro da instituição Polícia Militar, percebo que há uma grande resistência em se trabalhar com uma Policial Militar feminina”.

4.4 O PRECONCEITO RELACIONADO A COR DA PELE

O preconceito relacionado à cor da pele é um grande problema no mundo todo. O Brasil tem uma forte marca relacionada a este tipo de preconceito, não raro vemos situações nos dias atuais de preconceito motivado pela cor da pele. Apesar disso entre as entrevistadas no grupo focal, observamos que essa fonte de preconceito não é uma fonte de questionamento negativo para elas.

Coronel Silvana em sua fala deixa claro que nunca presenciou dentro da instituição qualquer tipo de ofensa relacionado ao preconceito no fator pele “Não presenciei nenhum tipo de preconceito em relação ao fator cor da pele em relação a minha pessoa”.

Durante a fala da Sargento Aldeci a mesma concorda com a colega Coronel Silvana e afirma que mesmo a instituição tendo falhas quando o assunto é preconceito, a Sargento afirma que nunca foi alvo de preconceito quando o assunto é a cor da pele “...nunca presenciei e nunca sofri até o momento nenhum tipo de preconceito em relação a cor”.

Já na fala da sargento Dalma, a mesma afirma que mesmo se declarando como negra, nunca foi alvo de preconceito relacionado a cor da pele dentro da instituição Polícia Militar, o que nos confirma algo de muito positivo dentro da instituição “...dentro da instituição Polícia Militar nunca sofri nenhum tipo de preconceito pelo fato de eu ser negra”.

A Tenente Raquel em sua participação afirma que mesmo possuindo cabelos loiros e cor de pele branca, nunca presenciou fatores de preconceito relacionados a cor da pele “Apesar de eu ser loirinha e branquinha nunca presenciei nenhum tipo de preconceito quanto a isso”.

Após a conclusão do grupo focal, observamos de forma mais evidente as dificuldades e preconceitos que as Polícias Militares femininas sofrem. São vários os tipos de preconceito e dificuldades que as mesmas encontram, desde dificuldades no âmbito social quanto institucional.

Apesar dos aspectos de evolução dentro da instituição e pela aceitação das mulheres no trabalho Policial inclusive no operacional, ainda há um preconceito por parte dos colegas de trabalho do sexo masculino, como foi comprovado pela própria percepção das entrevistadas no grupo.

Muitos desses Policiais não aceitam trabalhar com mulheres, apesar dos aspectos evolutivos, existe ainda um preconceito velado contra o trabalho das mulheres, principalmente quando se trata de trabalho na frente principal da Polícia Militar, o trabalho operacional.

As mulheres tem conquistado um valoroso espaço na sociedade, hoje podemos observar mulheres executando as mais diversas tipos de atividades, muitas destas atividades até pouco tempo atrás realizada apenas por homens e taxadas como atividades típicas do sexo masculino, como por exemplo a profissão de Policial Militar.

E inegável a importância e a eficiência das Policiais Militares femininas dentro da instituição polícia militar, fato e que a sociedade e a referida instituição precisa aprender a enxergar melhor e valorizar o trabalho feito por elas frente a segurança pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho realizado através do grupo focal, possibilitou uma reflexão mais próxima da realidade, quando se trata sobre o preconceito sofrido pelas Policiais Militares femininas que compõem as fileiras da corporação Polícia Militar do Estado de Goiás. Foi possível refletir como tais policiais se sentem no seu dia a dia e como encaram a questão do preconceito em vários âmbitos, desde o familiar, profissional e social.

E fato que em toda as sociedades existem preconceito, e o preconceito contra mulher e um alarme das desigualdades entre homens e mulheres, nota se neste estudo que o preconceito muita das vezes vem de dentro da própria casa, e de pessoas próximas que ainda enxergam as mulheres como seres inferiores aos homens, portanto menos capacitados.

E certo que esse público feminino presente na instituição Polícia Militar anseia por uma instituição forte e com uma presença feminina mais atuante, há um anseio para que possam ter o reconhecimento dos seus valorosos esforços. Estas Policiais mostram-se apaixonadas por esta profissão, uma vez que precisam todos os dias provar para os colegas de profissão masculinos que são capazes de atuarem em

qualquer frente de serviço e são desafiadas dia após dia a superarem seus obstáculos e olhares de desconfiança.

Observamos também que alguns avanços já foram conquistados, uma vez que é notório o espaço conquistado pelas mulheres dentro da instituição Polícia Militar. Mesmo que de forma tímida e lenta, é possível notar que a presença feminina dentro desta instituição tem aumentado com o passar dos anos e os espaços antes somente preenchidos por homens, hoje são também preenchidos por mulheres.

Como sugestão para futuras pesquisas e enriquecimento sobre o tema preconceito, sugere-se estudos de discussões com Policiais Militares masculinos sobre como enxergam o trabalho feminino dentro da instituição e quais os empecilhos encontrado pelos mesmos em se trabalhar com uma Policial feminina.

REFERENCIAS

BAYLEY, David H; **Padrões de policiamento**, tradução Rene Alexandre Belmonte, editora USP, 2002.

BITTNER, Ergon – os aspectos do trabalho policial – cap. V – Florence Nightingale procurando Wille Sutton: uma teoria da polícia. Ano 2003 tradução Ana Luísa Amendola. Editora USP.

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). **Mulheres nas instituições de segurança pública: estudo técnico/nacional**. SENASP. Brasília: Ministério da Justiça, SENASP, 2013.

BRASIL. Senado Notícias. Senado Federal (Org.). **Polícias militares tem origem no século 19**. 2013. Disponível em: www12.senado.leg.br/noticias/materias/2013/11/25/policias-militares-tem-origem-no-seculo-19>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2018.

BRASIL. Presidência da República. Constituição Federal (Org.). **Artigo 144: Da Segurança Pública** 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 de fevereiro de 2018.

CALAZANS, Marcia Esteves; **“a constituição de mulheres em policiais” um estudo sobre policiais femininas na brigada militar do rio grande do sul**. Porto alegre, 2003.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves and Melo, Marlene Catarina de Oliveira Lopes: **Mulheres policiais, relações de poder e de gênero na polícia militar de minas gerais**, Ram, Ver. Adm. Mackenzie (online), Jun 2010, Vol.11.

DICIONARIO AURELIO (Brasil) (Org.). **Preconceito**. 2018. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/preconceito>>. Acesso em: 13 fev. 1988.

FACHINETTO, Rochelle e PIMENTA, MELISSA **Mulheres na Polícia Brasileira: relações de gênero e violência nas instituições de segurança pública**. 2015.

GOLDSTEIN, Herman. **A função policial**. In: GOLDSTEIN, Herman. **Policiando uma sociedade livre**. Trad. Marcello Rollemberg, revisão Maria Cristina P. da Cunha Marques. São Paulo: EDUSP, 2004.

REINER, Robert. Desmistificando a Polícia. in: REINER, Robert. **A Política da Polícia**. Tradução Jacy Cardia Ghirotti e Maria Cristina Pereira da Cunha Marques. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

RODRIGUES, Jorge Arthur Mooje. **Políticas públicas afirmativas e o princípio da igualdade em face do preconceito e da discriminação no Brasil**. 2006. 138 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Stricto Senso, Unisc, Santa Cruz do Sul, 2006. Disponível em: <www.dominiopublico.gov.br>.

SAINT-PIERRE, Hector Luis. **A Política armada, fundamentos da guerra revolucionária**. São Paulo, editora Unesp, 2000.

SOUZA, Cibele de. **O ANHANGUERA**, Ano I, Quadrimestral, 1999.

WEBER, Max. **A Política como Vocação**. Ciência e Política. Duas Vocações. São Paulo: Editora Cultrix, 1996